

Verdade ou disfarce?

CORREIO BRAZILENSE

Josaphat Marinho

06 JUN 1998

Em dias passados, diversos jornais noticiaram o propósito do governo federal de editar novo pacote fiscal, dado que o primeiro não alcançara seus fins. Subsistia o desequilíbrio fiscal. Da tribuna do Senado, em forma de apelo ao poder central, ponderamos não ser admissível outro pacote: a sociedade brasileira não suportaria acréscimo de encargos. Pouco depois, em entrevista sobre os problemas gerais do país, o presidente da República afirmou que não haveria outro pacote. Não obstante isso, acaba de ser anunciado, com base em informação do presidente do Banco Central, que "o governo vai promover novas reformas para garantir ajustes estruturais e controle sobre os gastos" (CB, 30-5-98). A notícia acrescenta que não se trata de "um novo pacote". Mas elucida que "são três reformas de muita importância, que, estando prontas, serão divulgadas à população e ao Congresso". E até admite que "existe a possibilidade do governo lançar papéis no mercado internacional". Não houve desmentido a essa divulgação, antes confirmação pelo ministro da Fazenda, que argüiu a necessidade de implementar as medidas já em vigor (*O Globo*, 3-6-98).

Ora, não se há de presumir insegurança, e ainda menos engano, no que assevera o chefe do governo. Antes se há de ter como acima de dúvida a palavra presidencial. Assim será, sobretudo, se emitida em circunstância especial, como no caso, em entrevista coletiva destinada a assentar verdades e a apagar equívocos. Toda assertiva, de origem oficial principalmente, que contrarie a do presidente, deve ser desmentida ou esclarecida, para evitar confusão. Correndo a notícia sem objeção, gera-se a impressão de incerteza, ou de mudanças de atitude. Conseqüência dessa natureza é perriciosa, porque atinge o estado de espírito da população, que sofre os efeitos de tais medidas no padrão de vida.

Pouco importa a ressalva de que não se cuida de pacote. "São três reformas de muita importância", segundo a qualificação oficial. E previstas com a finalidade de "garantir ajustes estruturais e controle sobre os gastos". Não de ser reformas, portanto, geradoras de ônus ou encargos para a população. É secundário se virão conjunta ou separadamente, em grosso ou a varejo. Certo é que, se adotadas, ferirão a economia coletiva, para que possam auxiliar "ajustes" e "controle sobre os gastos", ou implementar

procedimentos em execução. Já submetidas a obrigações diversas, e com a economia em retração, as pessoas sem fortuna não suportam mais gravames. Triste indício do agravamento das dificuldades é que "a inadimplência na escola cresce 126%, ou seja, "230 mil alunos ou pais de estudantes de instituições de ensino particulares estão na lista de devedores do SPC" (*F.S.P.*, 2-6-98). Se se atentar em que famílias da classe média e da alta é que têm filhos em escolas particulares, ver-se-á melhor a extensão da crise.

Dirão órgãos do governo que as medidas são necessárias. A conjuntura as exige. Como conciliar, porém, essa declaração com a afirmativa recente do presidente da República, de poucos dias apenas, de que não haveria pacote? De uma vez, ou "ao longo do tempo", segundo a explicação do ministro da Fazenda, serão "medidas para melhorar o resultado das contas públicas" (*O Globo*, 3-6-98). Vale dizer: o pacote ora em prática foi insuficiente para o equilíbrio dessas contas. Logo, as novas medidas que sobrevirão, "ao longo do tempo", terão a mesma finalidade e a mesma repercussão onerosa sobre o povo. Mudarão, talvez, de no-

me, de forma de incidência, porém pesarão, como as anteriores, no bolso dos cidadãos. Esse é o problema essencial: num período de rendas apertadas, as soluções administrativas recaem sempre sobre o patrimônio particular.

A sociedade elege os governos, porém, para que lhe dêem tranqüilidade, e não surpresas sucessivas. Presume-se ter havido a escolha do melhor, entre concorrentes, para que as instituições assegurem um mínimo de estabilidade e bem-estar. Sem dúvida, as circunstâncias variam e reclamam novas decisões, que sobrecarregam a população. Para evitar, entretanto, que todas as deliberações pesem na depauperada economia popular é que os governos devem adotar programas flexíveis e de claro sentido social. Se para os complementar for necessário sempre o sacrifício da renda privada dos que não são ricos, então o governo não tem critério de justiça social. Se a palavra do presidente da República, surpreendentemente, não prevalecer, que não se esqueça, pelo menos, de preservar a situação dos mais fracos.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia